

A. I. N° - 300200.0193/05-7
AUTUADO - GILDESIO PELLEGRINE BRITO
AUTUANTE - JOSÉ CARLOS ALMEIDA DE ABREU
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
INTERNET - 15/07/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0231-03/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA POR MEIO DE DENÚNCIA. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a realização de saídas de mercadorias sem a emissão de documentos fiscais, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 06/01/05, para exigir a multa no valor de R\$690,00 em decorrência da constatação de que o contribuinte foi identificado “realizando operações sem a emissão de documentação fiscal correspondente”, conforme o Termo de Ocorrência acostado às fls. 4 e 6 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 15), alegando que “na data em que foi emitido o auto de infração citado acima, os talonários de nota fiscal já estavam sendo impressos, pois foram liberados por este órgão em 01/12/2004 com validade até 01/12/2006” e que “durante a inspeção, os talonários ainda não estavam no estabelecimento porque houve atraso na entrega dos mesmos, por parte da gráfica”, razão pela qual lhe foi concedido prazo pela fiscalização para a apresentação dos mesmos, “o que foi cumprido fielmente”.

Finaliza dizendo que, “pelos motivos citados acima e sabendo da obrigatoriedade por parte dos prestadores de serviço da emissão da nota fiscal, além de entender a arrecadação como instrumento de crescimento para o estado”, solicita o arquivamento do Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 20) esclarece que a autuação decorreu da Denúncia nº 6.779/04, na qual o denunciante informou que o estabelecimento do contribuinte não emite nota fiscal de venda a consumidor.

Prossegue dizendo que, em diligência realizada em 14/12/04 no estabelecimento autuado, foi verificado que ele estava em pleno funcionamento, comercializando seus produtos sem a emissão das notas fiscais competentes, conforme o Termo de Ocorrência lavrado, infringindo o disposto no artigo 142, inciso VII, do RICMS/97.

Quanto à peça defensiva, aduz que não se fez acompanhar de nenhuma comprovação e que, apesar de inscrito na SEFAZ desde 20/08/04, o autuado não havia emitido nenhum documento fiscal até a data da visita, tanto que a fiscalização “vistou” a Nota Fiscal nº 0001 (fl. 5), sendo a Denúncia nº 6.779/04 procedente.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir multa em decorrência da constatação de que o contribuinte estava “realizando operações sem a emissão de documentação fiscal correspondente”.

O autuado apresentou defesa, alegando que “na data em que foi emitido o auto de infração citado acima, os talonários de nota fiscal já estavam sendo impressos, pois foram liberados por este órgão em 01/12/2004 com validade até 01/12/2006” e que “durante a inspeção, os talonários ainda não estavam no estabelecimento porque houve atraso na entrega dos mesmos, por parte da gráfica”.

O autuante, por outro lado, afirmou que a autuação decorreu da Denúncia nº 6.779/04, na qual o denunciante informou que efetuou consumo no estabelecimento do contribuinte e não lhe foi entregue o documento fiscal e que, em diligência realizada no estabelecimento do autuado, no dia 14/12/04, verificou que ele estava realizando vendas de mercadorias sem a devida emissão de nota fiscal, conforme o Termo de Ocorrência lavrado, infringindo o disposto no artigo 142, inciso VII, do RICMS/97.

Efetivamente consta no Termo de Ocorrência, juntado à fl. 6, que o contribuinte foi encontrado efetuando vendas de mercadorias sem a emissão de nota fiscal, visto que “até o momento não havia emitido nenhuma N. F., tanto que a N. F. vistada foi a de nº 001”.

Tais comprovações desmentem a versão do autuado de que, durante a visita da fiscalização, os talonários ainda não estavam em seu estabelecimento porque houve atraso na sua entrega. Ao contrário, verifico que o contribuinte possuía o talonário de notas fiscais tanto que foi “vistado” pela fiscalização, entretanto, desde o início de suas atividades (20/08/04) até a data da ação fiscal (14/12/04) não havia extraído nenhum documento fiscal, estando comprovada, portanto, a infração indicada no lançamento.

Observo, ainda, que o sujeito passivo, em nenhum momento, contestou a irregularidade apontada na autuação e, dessa forma, deve ser aplicada a regra do artigo 140, do RPAF/99: “O fato alegado por uma das partes, quando a outra não o contestar, será admitido como verídico se o contrário não resultar do conjunto das provas”.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **300200.0193/05-7**, lavrado contra **GILDESIO PELLEGRINE BRITO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de julho de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA- PRESIDENTE/RELATORA

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR